

Comissão quer negociar solução para brasiguaios

A busca de diálogo com o Paraguai sobre a situação de agricultores brasileiros que têm sofrido ameaças de invasão de terras naquele país foi defendida pelos senadores da CRE. **4**

Para Collor (C), será necessária visão de estadista sobre a situação dos brasiguaios



Ano Volpe/Senado Federal

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.606 – Brasília, terça-feira, 28 de fevereiro de 2012



Projetos que trancam a pauta podem ser votados nesta semana

Expectativa é do líder do governo, Romero Jucá; propostas tratam de repasses a estados, incentivo à indústria de defesa e construção de cinemas

O líder do governo, Romero Jucá, disse ontem que os três projetos de lei de conversão responsáveis pelo trancamento da pauta do Plenário devem ser votados entre

amanhã e quinta-feira. As propostas são provenientes de medidas provisórias. A primeira repassou R\$ 1,95 bi a estados, municípios e ao DF como compensação por perdas resultantes de

isenção em exportações. As restantes tratam de incentivos a empresas estratégicas de defesa e da criação do Programa Cinema Perto de Você, para descentralizar o mercado de exibição. **3**

Senadores vão debater incêndio na base brasileira da Antártica **6**

Senado convoca 157.939 inscritos para provas no dia 11 de março **2**

Carvalho Magalhães/Senado Federal



À frente da Comissão de Direitos Humanos, senador Paulo Paim (C) considera a fórmula "o pior dos mundos"

Entidades unidas na defesa do fim do fator previdenciário

Representantes de aposentados, pensionistas e trabalhadores apontam "matemática perversa" na definição dos benefícios. **5**

Encarte mostra 100 imagens que marcaram 2011 no Senado



especial Cidadania

Dois anos depois, um balanço dos efeitos da Lei do Inquilinato **8**

130 mil pessoas sofrem com cheias no Acre

A informação é do senador Anibal Diniz, que, em pronunciamento ontem, pediu à Defesa Civil nacional o reconhecimento

de estado de calamidade pública para as áreas afetadas. O parlamentar também destacou os prejuízos à agricultura. **7**



Parte da capital, Rio Branco, teve a energia elétrica cortada por segurança: "A gente só consegue sentir vendo", diz Anibal

Sergio Vale/Agência de Notícias do Acre

A página 127 da terceira seção do *Diário Oficial da União* de ontem traz o edital de convocação do Senado para as provas a serem realizadas no dia 11 de março. Locais das provas estão no *site* da FGV

Senado convoca 157.939 candidatos para provas

O *DIÁRIO OFICIAL da União* de ontem traz o edital de convocação dos 157.939 candidatos inscritos no concurso público do Senado para realização das provas objetivas e discursivas no dia 11 de março em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal. O concurso oferece 246 vagas para nível médio e superior, com remuneração de R\$ 13.833,64 (técnico e policial), R\$ 18.440,64 (analista) e R\$ 23.826,57 (consultor).

As informações sobre os locais de realização das provas já estão disponíveis no endereço eletrônico da Fundação Getúlio Vargas, organizadora do concurso (www.fgv.br/fgv-projetos/concursos/senado11),

onde o candidato poderá realizar a consulta mediante o fornecimento de dados relativos à inscrição.

Os candidatos aos cargos de técnico legislativo e policial legislativo realizarão as provas objetivas e discursivas no período da manhã, de 8h às 13h. No mesmo horário, aqueles que concorrem às vagas para consultor legislativo realizarão apenas a prova objetiva. Já os candidatos ao cargo de analista legislativo farão as provas à tarde, de 15h às 20h30. Será observado o horário oficial de Brasília.

As provas discursivas para consultor legislativo serão realizadas no dia 29 de abril de 2012, em dois turnos, com

quatro horas e meia de duração cada.

Também estão disponíveis no *site* da FGV as relações de candidatos que tiveram deferidos ou indeferidos os pedidos para concorrer na condição de pessoas com deficiência, assim como aqueles que tiveram deferidos ou indeferidos os pedidos de atendimento especial para a realização das provas.

O candidato cujo pedido tenha sido indeferido poderá interpor recurso no dia 28 de fevereiro, mediante requerimento dirigido à FGV pelo e-mail: senado11@fgv.br.

As informações estão na página 127 da terceira seção do *Diário Oficial da União*.



Valdir Raupp (D) propôs a sessão especial, destacando o trabalho do Rotary no combate à fome e em defesa da saúde

Senadores homenageiam 107 anos do Rotary

Em sessão especial em homenagem aos 107 anos do Rotary Internacional, ontem, o Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou o trabalho de mais de 1 milhão de rotarianos em 168 países no combate à fome e ao analfabetismo e em defesa da saúde da população.

Raupp, que propôs a homenagem, disse que uma das iniciativas mais importantes do Rotary é a luta para a erradicação da poliomielite. Desde a instituição do Programa Pólio Plus, em 1985, conforme o senador, mais de 2 bilhões de crianças foram imunizadas.

— Fui informado, pelo secretário-geral [John Hewko], de que, na Índia, que tem 1,3 bilhão de habitantes, a poliomielite já está erradicada. E são poucos os países do mundo, apenas três, em que ainda não foi erradicada — acrescentou Raupp.

Na abertura da sessão, Waldemir Moka (PMDB-MS)

informou que o Rotary tem no Brasil 38 distritos, mais de 2,3 mil unidades rotárias e aproximadamente 53 mil rotarianos.

— O nosso país é o terceiro em número de clubes e o quinto em termos de sócios.

Ana Amélia (PP-RS) destacou a importante presença do Rotary no Brasil, a partir da inauguração da primeira unidade, no Rio de Janeiro, em 1922, ano do centenário da Independência.

A senadora disse que, em dez anos, o Rotary executou mais de 2 milhões de projetos humanitários, com investimento superior a US\$ 10 bilhões.

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu ao Rotary que, além de combater a poliomielite, lute pela “erradicação da tragédia mundial do analfabetismo de adultos”.

De acordo com ele, os 800 milhões de adultos que não

sabem ler, no mundo, têm dificuldades para se locomover nas cidades e obter empregos.

— O analfabeto não olha para a gente de cabeça erguida. Ele olha para baixo, com certa humildade decorrente de não ser parte do mundo moderno. Por isso, eu quero lançar o desafio de o Rotary liderar uma campanha mundial pela erradicação do analfabetismo.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez uma conclamação aos “homens e mulheres de bem”, entre os quais destacou os rotarianos, a lutarem para que o Brasil “se transforme para melhor”.

Falaram também na sessão o secretário-geral do Rotary Internacional, John Hewko; o diretor do Rotary Internacional, José Figueiredo Antiório; o curador da Fundação Rotária, Antonio Hallage; e o governador do Rotary da Amazônia, Arno Voigt.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Pauta trancada por MPs

14h A sessão é deliberativa. Três projetos de lei de conversão trancam a pauta de votação: o PLV 1/12, proveniente da MP 546/11, que concede incentivos às exportações; o PLV 2/12, da MP 544/11, que cria um regime tributário especial para incentivar a indústria de defesa; e o PLV 3/12, transformado da MP 545/11, que estabelece incentivos tributários para o café não torrado e outros produtos da cadeia.

Presidência Líderes patronais e de trabalhadores

10h30 O senador José Sarney participa de reunião com o deputado Paulinho da Força; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf; e lideranças patronais e de trabalhadores. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA Audiência sobre transporte aéreo

8h30 Audiência pública sobre a qualidade do serviço de transporte aéreo e dos aeroportos do país na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, José Márcio Monsão Mollo. Após a audiência, a comissão vai apreciar pauta com 33 itens. Entre eles, dois projetos que tratam de fidelização dos serviços de telecomunicação.

Subcomissão Plano de trabalho

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, realiza sua primeira reunião para apresentação e discussão do plano de trabalho para 2012.

Miséria e pobreza Reunião de trabalho

9h A Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza faz reunião de trabalho.

CAE Alexandre Tombini e a política monetária

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vai examinar a indicação de Roberto Tadeu Antunes Fernandes para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Também na pauta dois pedidos de autorização para contratação de operação de crédito externo para o Amazonas e o município do Rio de Janeiro. Às 11h, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, comparece à comissão para expor aos senadores as diretrizes e perspectivas futuras da política monetária.

CE Proibição de propaganda oficial

11h Um dos projetos em análise na Comissão de Educação, Cultura e Esporte torna obrigatória a veiculação de mensagens educativas nas capas e contracapas dos materiais didáticos distribuídos pela União às redes públicas de educação básica em todo o país e proíbe a veiculação de mensagens promocionais de realizações governamentais em qualquer material didático utilizado nessas redes de ensino. Entre os 11 itens da pauta, projeto que estabelece número máximo de alunos por turma na pré-escola e nos ensinos fundamental e médio.

CCJ Competências do CNJ

14h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota proposta de emenda à Constituição que explicita e amplia as competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria Nacional de Justiça. A comissão ouvirá o ex-presidente do STF Nelson Jobim; a corregedora nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon; e o vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Paulo Schmidt.

CDR Hidrômetro em condomínios

14h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que determina a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.

CPMI da Mulher Eleição do vice-presidente

9h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher elege seu vice-presidente.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senadores repudiam crimes bárbaros contra moradores de rua no DF

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Ana Amélia (PP-RS) repudiaram os crimes cometidos neste final de semana por jovens que atearam fogo em moradores de rua em Santa Maria (DF), a poucos quilômetros do centro da capital do país.

“Os moradores de rua Paulo César Maia, de 42 anos, e José Edson Niclos de Freitas, de 26 anos, foram covardemente queimados por um grupo de jovens enquanto dormiam”, relatou Rodrigo Rollemberg.

A agressão resultou na morte de José Edson, que teve mais de 60% do corpo com queimaduras de segundo e terceiro grau.

O senador disse ainda ter sido informado que o outro agredido, Paulo César, teve grande parte do corpo queimado e, embora esteja em situação estável no hospital, ainda corre risco de morte.

Para Rollemberg, “é questão de honra” para todos os brasileiros que os culpados pela barbárie sejam identificados, presos, julgados e “exemplarmente punidos”.

— Não podemos conviver com esse tipo de crime — disse o senador.

Ana Amélia, por sua vez, lembrou episódio similar ocorrido em 20 de abril de 1997, na Asa Sul, em Brasília, quando jovens de classe média atearam fogo no índio Galdino Pataxó, que morreu devido à agressão.

A senadora lamentou o ataque aos moradores de rua, ressaltando que ambos os crimes, o de 1997 e o deste ano, são atos bárbaros.

Mozarildo vai processar Anatel por falhas na rede de celulares de Roraima



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que pretende entrar com ação judicial coletiva contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) pela má

qualidade dos serviços de telefonia celular e internet de Roraima. Ele disse que denuncia essa situação desde 2002.

— Conclamo todos os brasileiros a fazer o mesmo: entrar na Justiça e pedir indenização por danos materiais e morais. O preço da tarifa de telefonia móvel no Brasil é o mais caro do mundo — protestou.

O parlamentar assinalou que vai solicitar audiência com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e que já pediu providências ao presidente da Anatel, João Batista de Rezende. Segundo Mozarildo, a internet em Roraima fica fora do ar por horas, mas, no fim do mês, o cidadão tem de pagar pelo serviço integral.

As propostas, que têm origem em medidas provisórias, tratam da compensação aos estados e municípios por perdas resultantes de isenção a exportações, do incentivo à indústria nacional de defesa e de estímulos à construção e modernização de cinemas

Governo quer votar nesta semana projetos que trancam a pauta

OS TRÊS PROJETOS de lei de conversão que trancam a pauta de votações do Senado devem ser votados nesta semana, segundo o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele espera votar o primeiro amanhã e os outros dois no dia seguinte.

Jucá lembrou que os projetos, resultantes de alterações em medidas provisórias, chegam ao Plenário com prazo de validade bastante curto — 8 de março — e pediu aos senadores esforço para sua discussão e votação.

O texto do PLV 1/12 determina o repasse de R\$ 1,95 bilhão aos estados, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios, em três parcelas iguais de R\$ 650 milhões. Esses repasses, determinados na Medida Provisória 546/11, já foram feitos nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano passado. O objetivo é compensar perdas resultantes da isenção do ICMS a produtos exportados, mas não cobertos pela Lei Kandir.

O rateio dos recursos foi feito de

acordo com regras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Cabe aos estados e ao DF a prestação de informações sobre o aproveitamento dos créditos pelos exportadores.

Vinculada ao decreto que estabeleceu a Estratégia Nacional de Defesa (END), cujo objetivo é capacitar a indústria para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa do país, a Medida Provisória 544/11 criou normas especiais para compras, contratações e desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa.

A MP, que chegou ao Senado na forma do PLV 2/12, dispõe sobre regras de incentivo à área, mediante a criação do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid). Pelo regime proposto, ficam isentas do IPI, do PIS-Pasep e da Cofins as empresas estratégicas de defesa (EED) e as empresas que participem da cadeia de produtos estratégicos das EEDs.

Café e cinema

O PLV 3/12 cria o Programa Cinema Perto de Você, com o objetivo de ampliar, diversificar e descentralizar o mercado de salas de exibição cinematográfica no país. O programa prevê linhas de crédito e investimento para implantação de complexos de exibição e medidas tributárias de estímulo à expansão e à modernização do parque exibidor.

A MP 545/11, que deu origem ao PLV, também suspendeu a incidência da contribuição para o PIS-Pasep e Cofins sobre as receitas decorrentes da venda do café não torrado, exceto quando se tratar da venda ao consumidor final.



Sala 3D em Belém: projeto que cria o Programa Cinema Perto de Você pode ser votado na quinta

Randolfe critica a busca pelo superávit primário

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou ontem a política econômica baseada em superávit primário — economia feita pelo governo para pagar juros da dívida. Segundo o senador, 45% dos recursos arrecadados pela União em 2011 (R\$ 708 bilhões) foram usados para pagar credores.

— De cada R\$ 10 que o cidadão paga de imposto, R\$ 4,50 vão para os credores da dívida interna e da dívida externa; vão para os banqueiros internacionais e para os credores da dívida brasileira — afirmou Randolfe.

Segundo o senador, os R\$ 55 bilhões que serão economizados este ano equivalem a dez vezes o investimento em atenção básica à saúde, 33 vezes o que se gastou com educação profissional e 161 vezes o que se investiu em saneamento básico no ano passado. Randolfe disse que o país não precisa fazer tantas concessões e tem condições de ser “menos frouxo”.



Randolfe: verbas deixam de ir para saúde e vão para banqueiros

— Está havendo uma clara inversão de para quem se destina a política econômica. Em vez de se destinar aos 99%, está se destinando a 1% da população.

O senador fez ainda críticas à taxa básica de juros e à falta de investimentos em infraestrutura, que, na sua opinião, impedem o país de “caminhar para a frente”.

Simon cobra resposta de Dilma sobre Ficha Limpa

Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a cobrar a adoção dos critérios da Lei da Ficha Limpa para nomeações no Executivo. No último dia 16, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade da lei, garantindo que seja válida para as eleições municipais deste ano.

Mesmo antes da decisão do STF, o senador já vinha sugerindo, reiteradamente, que a presidente da República Dilma Rousseff tornasse os critérios da lei obrigatórios para as nomeações aos cargos de confiança, que não precisam de concurso público. Para Simon, a demora não tem explicação, já que a proposta já teria sido encaminhada por um grupo de ministros à presidente.

— Eu acho que a nação merece uma resposta. Um pouco mais de rapidez em algumas decisões não faria mal.

Simon mencionou que Pedro Taques (PDT-MT) está colhendo assinaturas para apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) determinando a adoção da Lei da Ficha Limpa na contratação em cargo em comissão ou em função de confiança em todos os poderes na União, estados e municípios.

— Vai ser ótimo quando aprovado, mas não sei quanto tempo vai levar.



Senador insiste na adoção da norma para cargos no Executivo

Para evitar que o problema de agricultores brasileiros que têm sofrido ameaças de invasão de terras no Paraguai se agrave, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, diz que será preciso adotar uma “visão de estadista”



Thomaz Zanotto (da Fiesp), José Botafogo (do Centro Brasileiro de Relações Internacionais), Collor, Darc Costa (da Escola Superior de Guerra) e Marilene Sguarizi

Senadores defendem solução negociada para os brasiguaios

A BUSCA DE uma solução negociada para a situação de agricultores brasileiros que têm sofrido ameaças de invasão de terras no Paraguai, os brasiguaios, foi defendida de forma consensual pelos senadores que participaram ontem de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Para evitar que o problema se agrave, disse o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), será necessária uma “visão de estadista”. O senador recordou que a assinatura do Tratado de Assunção — que deu origem ao Mercosul — partiu do fato de que os países do bloco pretendem viver em paz. Ele observou que a recente aprovação de mudanças no Tratado de Itaipu, que permitiu a elevação dos pagamentos feitos pelo Brasil ao Paraguai pela energia da hidrelétrica binacional, só se tornou possível por meio de negociação política.

— Como senador, quero transmitir a quem se sente ameaçado que nós estamos também preocupados com a defesa de seus direitos. Mas não vamos fazer disso uma contenda jurídica. O Brasil quer buscar consensos — afirmou Collor.

A advogada Marilene Sguarizi, representando os cerca de 350 mil brasiguaios, relatou que muitos deles chegaram ao Paraguai nos anos 1970, quando, segundo observou, as leis de reforma agrária daquele país eram mais flexíveis e permitiam a compra de terras por estrangeiros. Uma lei publicada em 2005, recordou a advogada, proibiu a venda de terras em área de fronteira, mas protegeu os direitos adquiridos. Além disso, ressaltou, as terras dos brasiguaios estão documentadas.

— Existe uma ambição de grupos que desejam ver brasileiros e seus herdeiros expulsos de suas terras, sob a bandeira de nacionalismo. Eles se denominam *carperos*, invadem propriedades, agridem e atacam no intuito de expulsar pela violência ou

pelo medo. Não reconhecem direitos adquiridos consagrados pela lei. Com a falta de ação de policiais, a vida e os direitos dos brasileiros não estão sendo protegidos — afirmou Marilene.

Waldemir Moka (PMDB-MS) observou que o Brasil precisa agir “com cautela para não ferir a soberania paraguaia”. Em sua opinião, porém, o Congresso brasileiro precisa deixar claro que “acompanha com muita preocupação a injustiça feita com homens e mulheres que há 40 anos promovem o crescimento do Paraguai”.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), não haverá solução para o problema sem diálogo direto entre os presidentes do Paraguai, Fernando Lugo, e do Brasil, Dilma Rousseff. Ele alertou para o risco que correrá o Paraguai de perder potenciais investidores se vier a permitir que os direitos dos brasileiros sejam

CRE quer apoiar os produtores brasileiros sem antagonismos com o Paraguai

desrespeitados. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que, durante a negociação sobre mudanças no Tratado de Itaipu, usou-se como argumento o compromisso do governo paraguaio de “demonstrar solicitude” com os brasiguaios. “Pelo

visto não funcionou”, lamentou.

Ana Amélia (PP-RS) também demonstrou preocupação com o descumprimento da promessa feita pelo governo paraguaio. Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a busca de diálogo direto sobre o tema entre parlamentares dos dois países. Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou necessária a solidariedade com os brasiguaios, mas disse que ela “não pode ser confundida com antagonismo com o Paraguai”.

O ministro Didier César Olmedo Adorno, representante da embaixada do Paraguai em Brasília, observou que os produtores brasileiros e seus descendentes representam cerca de 5% da população paraguaia, e que os que enfrentam problemas representam “uma proporção bem pequena” em relação ao total dos brasileiros naquele país.

Especialistas destacam importância da integração regional

Apesar das frequentes críticas feitas no Brasil ao processo de integração regional, deve-se ao Mercosul o maior superávit em produtos industriais no país. O alerta foi feito ontem durante audiência pública na CRE.

O comércio no Mercosul tem crescido significativamente, segundo o diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto. Ele disse que o volume total superou os US\$ 100 bilhões em 2011.

— Praticamente 30% das exportações de manufaturados destinam-se ao Mercosul. É o único espaço do mundo para onde nossas exportações crescem. Com a Argentina, temos um saldo de US\$ 6,7 bilhões. O Mercosul para o Brasil é quase imprescindível — afirmou Zanotto.

Para o presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Darc Costa, a integração é “estratégica”. Ele defendeu a aprovação de projeto que estimula a integração dos parques produtivos do continente (PLS 726/11).

O embaixador José Botafogo Gonçalves, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, considera a América do Sul o “grande desafio” da diplomacia no século 21.

— Hoje estamos começando a ter relação diferente, sobretudo pela possibilidade de ligação entre o Atlântico e o Pacífico — previu.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu a aprovação, pelo Congresso do Paraguai, do protocolo de adesão da Venezuela ao bloco. Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu empenho em inovação para ampliar a competitividade. Fernando Collor (PTB-AL) lembrou que, sem a participação do Estado, o país não teria alcançado o atual nível de desenvolvimento.

Raupp propõe liberação integral de recursos para o Plano de Fronteiras

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem a liberação integral, em 2012, da dotação orçamentária prevista para a execução do Plano Estratégico de Fronteiras.

— Necessitamos reforçar a segurança em nossas divisas com os demais países da América do Sul, e somente com boa estratégia e suporte financeiro poderemos atingir a meta de combater, eficazmente, a criminalidade internacional — disse.

O plano foi lançado em junho de 2011 para ampliar a segurança na faixa de fronteira, com seus 2,4 milhões de quilômetros quadrados e 10 milhões de habitantes.

Raupp lembrou que o plano, “de tão prioritário”, ficou sob a responsabilidade do vice-presidente, Michel Temer. A estratégia prevê conjunto de medidas para o reforço do controle sobre as fronteiras. Entre elas, o adicional de salário, de 20% a 40%, para policiais que queiram atuar nessas regiões; o aumento em 100% do efetivo policial; a entrada em operação de 14 veículos aéreos não tripuláveis até 2014; e a ampliação do número de postos de policiamento de fronteira de 21 para 49, até o ano de 2013.

Dornelles lembra 100 anos do nascimento do ex-senador Gouvêa Vieira

O centenário de nascimento do ex-senador João Pedro Gouvêa Vieira foi lembrado por Francisco Dornelles (PP-RJ). Segundo o senador, Gouvêa Vieira, que morreu em 2003, foi um

“exemplo de trabalho, dignidade, competência, liderança e espírito público que tanto honrou o Rio de Janeiro”.

Dornelles disse que Gouvêa Vieira — senador de 1963 a 1967 — foi uma grande liderança empresarial e política, advogado consagrado e autor de teses de Direito civil e comercial que estimularam a vinda de grandes empresas para o Brasil.

O senador ressaltou que, em 1952, ligado a Getúlio Vargas, Gouvêa Vieira participou da criação do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tendo sido nomeado para o seu Conselho de Administração. Dornelles lembrou ainda o papel desempenhado por Gouvêa Vieira na campanha de Tancredo Neves à Presidência da República.

Depois, frisou Dornelles, ele foi nomeado para integrar a comissão convocada em 1985 pelo então presidente José Sarney para elaborar anteprojeto de Constituição (Comissão Afonso Arinos).



Valdir Raupp



Dornelles

Mecanismo reduz valor da aposentadoria de quem para de trabalhar precocemente; segundo o Fórum Sindical dos Trabalhadores, fator adota “matemática perversa”

Entidades pedem fim do fator previdenciário

APOSENTADOS, PENSIONISTAS E representantes dos trabalhadores da iniciativa privada e de sindicatos pediram o fim do fator previdenciário.

O fator é um mecanismo adotado pelo INSS que reduz o valor da aposentadoria das pessoas que param de trabalhar precocemente. Para os participantes da audiência pública, o atual sistema de cálculo dos benefícios é ruim e prejudica os aposentados desde sua criação, em 1999.

O coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, chamou o fator de “matemática perversa” e “monstro tucano”, por ter sido criado no governo Fernando Henrique Cardoso.

O diretor de Seguridade Social da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Celso Pimenta, defendeu a extinção imediata do método de cálculo, afirmando que “não há remédio para um mal incurável”.

O representante do Ministério da Previdência Social, Denisson Almeida Pereira, admitiu que o fator provocou a redução do valor médio dos benefícios, sendo que o objetivo inicial não era esse.

Uma das consequências, segundo ele, é que muitos aposentados se viram obrigados a continuarem trabalhando.

— A aposentadoria não foi feita para ser um complemento de renda, mas para substituir os ganhos de quem estava na ativa — afirmou.

O representante do governo alertou ainda para o crescente envelhecimento da população brasileira e a necessidade de investimento em políticas públicas para os idosos. De acordo com dados do IBGE apresentados por Denisson Pereira, o Brasil tem hoje pouco mais de 19 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2050, terá 64 milhões.

O assunto foi debatido pela Comissão de Direitos Humanos, por requerimento de Paulo Paim (PT-RS). O senador disse considerar o fator previdenciário o “pior dos mundos”.



Floriano José Martins, José Augusto da Silva Filho, Paulo Paim, Paulo José Zanetti e Denisson Almeida Pereira participam de audiência na Comissão de Direitos Humanos

Força Sindical quer aposentadoria igual a salário

Durante a audiência de ontem, alguns dos convidados apresentaram alternativas ao fator previdenciário.

A Força Sindical defende sistema que valorize o tempo de contribuição e em que o aposentado tem remuneração idêntica à do período da ativa.

— Os trabalhadores da iniciativa privada começam a trabalhar cedo no Brasil. O atual sistema reduz a aposentadoria, em média, em 42% — reclamou o diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, Paulo José Zanetti.

De acordo com a proposta da Força Sindical, ficariam mantidos os atuais parâmetros de tempos de contribuição mínimos — 30 anos para a mulher e 35 anos para o homem. A renda mensal do benefício seria integral quando a soma da contribuição e da idade atingisse 80 para a mulher e 90 para o homem.

Seria o caso, por exemplo, de uma mulher de 50 anos que contribuísse por 30 anos ou de um homem de 55 que contribuísse por 35 anos.

Quando a soma fosse inferior a 80 ou 90, haveria a aplicação de fator redutor. Caso contrário, seria aplicado

fator multiplicador.

Diante das críticas ao fator previdenciário, algumas delas direcionadas ao PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou a razão de o governo petista ainda não ter feito nada para alterar ou acabar com o atual mecanismo, após nove anos no poder, uma vez que se posicionou contra a fórmula quando ela foi criada.

— O governo diz que é contra o fator, que é perverso. Então é preciso mudar, não é? Por que não mandam um projeto com esse objetivo? Eu estou pronto para votar a favor dessa mudança.

Grupos defendem reajustes acima da inflação

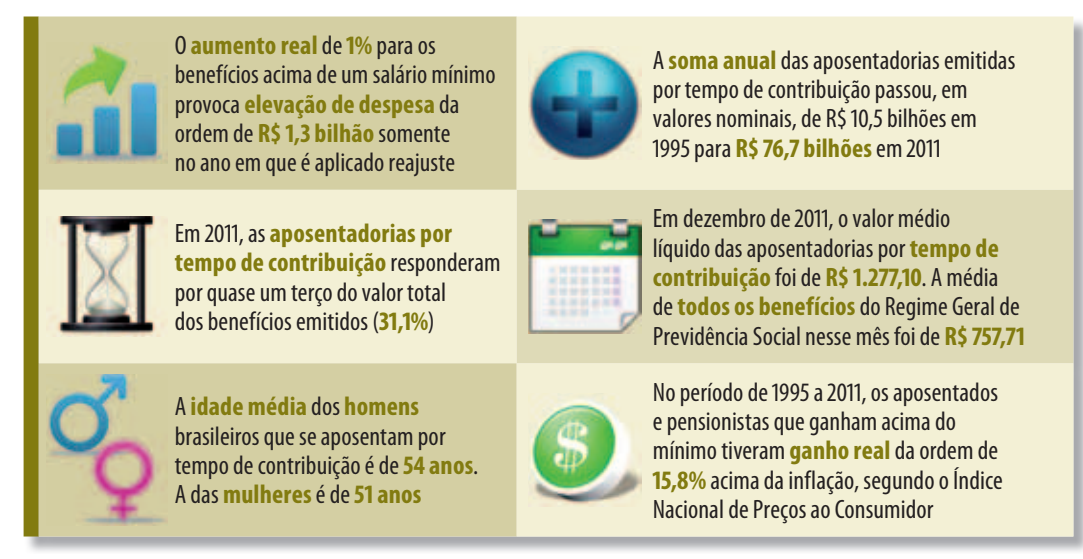
O aumento para aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo também foi tema da audiência. Os convidados foram unânimes na defesa de um reajuste real (acima da inflação) dos benefícios.

— O que se faz com o aposentado é massacre. Gente que passou 40 anos contribuindo sobre dez salários hoje recebe menos da metade — disse o diretor de Finanças da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Nelson Osório.

O reajuste para os beneficiários foi um dos pontos polêmicos na votação da proposta orçamentária para 2012, no fim do ano passado, no Congresso Nacional. Os aposentados reivindicavam reajuste de 11,7% para as aposentadorias acima do salário mínimo — correção da inflação mais aumento real. O relatório final, porém, garantiu apenas a reposição inflacionária de 6,3%.

— Agora estamos cumprindo um compromisso com a categoria, que é buscar em 2012 um entendimento com o governo para melhorar a situação dos beneficiários. Se continuar do jeito que está, vai chegar um tempo em que todos vão ganhar um salário mínimo — afirmou Paulo Paim.

A Previdência Social em números



Paim: decisão do TST sobre consulta a crédito oficializa violação

A decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de permitir que as empresas consultem o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e a Centralização de Serviços dos Bancos (Serasa) quando forem contratar novos empregados foi recebida com indignação por Paulo Paim (PT-RS).

“A decisão fere o direito do cidadão de ter seus dados protegidos e afeta sua garantia de procurar e obter emprego”, disse. Segundo o senador, com a decisão, o TST acaba por dar caráter oficial a prática que já ocorria extraoficialmente.

— Fiquei abismado com a decisão. Discordo radicalmente

dos ministros do tribunal que, por unanimidade, decidiram que os cadastros de pesquisas analisados pelas redes de lojas e bancos são de uso irrestrito, e que acessá-los não é violação — lamentou.

Para Paim, esse tipo de consulta é discriminatória e deveria ser considerado

crime hediondo, pois viola a dignidade humana e é contra o próprio Código de Defesa do Consumidor (CDC).

— Pelo artigo 42 do CDC, o consumidor inadimplente, na cobrança de débitos, não será exposto a ridículo ou qualquer tipo de constrangimento e ameaça, como a perda do

emprego — destacou.

Paim citou projeto de sua autoria (PLS 465/09), já aprovado pelo Senado, que inclui entre as práticas discriminatórias e limitativas ao acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes.

Incêndio na base brasileira, ocorrido no sábado passado, provocou a morte de duas pessoas; audiência pública no Senado discutirá condições da Estação Comandante Ferraz

Senadores lamentam mortes na Antártica

O acidente que destruiu parte da base brasileira na Antártica e causou a morte de dois militares mobilizou senadores. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg, anunciou a realização de audiência pública para tratar do caso. A Estação Antártica Comandante Ferraz, inaugurada em 1984, foi atingida por incêndio no último sábado. A estação serve de base para cientistas especializados em áreas como clima e biologia.



Incêndio na base militar brasileira na Antártica: acidente, que provocou a morte de duas pessoas no sábado passado, foi discutido por senadores no Plenário

Rollemberg anuncia audiência para debater acidente

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) anunciou ontem em Plenário a realização de audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater o acidente na base brasileira na Antártica e propor soluções.

Segundo o senador, a audiência pode ocorrer na próxima terça-feira, mas a data ainda será confirmada. Ele pediu uma "grande convergência nacional" para a recuperação da estação.

Rollemberg também apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do suboficial Carlos Alberto Vieira Figueiredo e do sargento Roberto Lopes dos Santos, que morreram ao tentar controlar o incêndio.



Waldemir Barrato/Senado Federal

Ana Amélia cobra investigação rápida do governo

Ana Amélia (PP-RS) encaminhou votos de pesar às famílias dos militares que morreram na Antártica.

— Em meio a esse difícil momento, esperamos que o governo brasileiro investigue com precisão e agilidade as causas do acidente e garanta a reconstrução da nossa base de estudos na Antártica de forma mais segura e muito mais avançada — afirmou.

A senadora ainda registrou a 22ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz do Rio Grande do Sul, ocorrida no sábado, em Restinga Seca, com presença do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, e do governador Tarso Genro. Ela declarou apoio ao "Grito de alerta em defesa da produção e do emprego", manifesto que contra a desindustrialização e a concorrência desleal de produtos importados.



Pedro França/Senado Federal

Solidariedade de Braga a cientistas e instituições

Além de lamentar o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz, o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Eduardo Braga (PMDB-AM), enviou nota de solidariedade aos cientistas e instituições responsáveis pela estação.

"Certo de que o trabalho dos militares e dos cientistas brasileiros na Antártica tem importância vital para o presente e o futuro do nosso país e do planeta, manifesto em nome da CCT do Senado Federal e em meu nome, toda nossa solidariedade aos ministérios que atuam na Antártica e à

comunidade científica nacional neste triste dia para o Programa Antártico Brasileiro".



Waldemir Barrato/Senado Federal

Alvaro Dias pede apoio do governo a pesquisas na região

As verbas do orçamento destinadas ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar) caíram de R\$ 18 milhões

em 2011, para R\$ 10 milhões este ano, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), ao manifestar solidariedade às vítimas do incêndio na estação de pesquisa. Ele acrescentou que, dos R\$ 18 milhões de 2011, apenas R\$ 9,2 milhões foram pagos, "o menor valor desde 2005".

— O incêndio comprometeu 40% do projeto e os recursos para o setor não garantem sequer a manutenção da estação — disse o senador.

Alvaro exemplificou "a penúria que assola o Proantar" com os casos de uma embarcação que afundou com 10 mil litros de combustível, e de um navio de apoio oceanográfico que está desde dezembro parado no Chile, refazendo o motor principal.



Waldemir Barrato/Senado Federal

Sérgio Souza diz que Proantar é "estratégico"

Sérgio Souza (PMDB-PR) também requereu votos de pesar pela morte de dois militares no incêndio

da estação de pesquisa na Antártica. O senador homenageou ainda o primeiro-sargento Luciano Gomes Medeiros, ferido no episódio.

De acordo com Sérgio Souza, a Marinha brasileira confirmou em nota a destruição de 70% da estação de pesquisa. Ele destacou que somente um dos equipamentos destruídos vale cerca de US\$120 mil.

O senador lembrou que a estação funcionava há 30 anos e que o Proantar é estratégico para o país.

— O estudo na região representou, entre outras coisas, a aceitação do Brasil nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas — disse.



Waldemir Barrato/Senado Federal

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senador fez relato sobre o transbordamento dos rios e pediu à Defesa Civil nacional o reconhecimento do estado de calamidade pública para as áreas afetadas

Cheias no Acre atingem 130 mil, diz Anibal

ANIBAL DINIZ (PT-AC) informou o Plenário ontem, em pronunciamento, sobre as enchentes nos rios Acre e Purus, que têm atingido a população de seu estado. O senador ressaltou que pelo menos 130 mil pessoas estão sofrendo com as cheias e pediu à Defesa Civil nacional o reconhecimento do estado de calamidade pública para

as áreas afetadas. Ele disse que as enchentes têm causado transtornos irreparáveis.

— A gente só consegue sentir mesmo vendo. Imagine um pequeno comerciante que levou quase a vida inteira para ter uma loja de eletrodomésticos, ter o seu pequeno capital, ter o seu patrimônio e, da noite para o dia, ver tudo isso levado pelas águas — declarou.

O parlamentar fez referência a fotografias divulgadas pela Secretaria de Comunicação do Acre mostrando a extensão do problema.

Anibal destacou o trabalho de Jorge Viana (PT-AC), que esteve com ele nas áreas atingidas e acompanha os trabalhos de socorro às vítimas e os esforços conjuntos da União, estado e municípios.

— O governo do estado e a prefeitura de Rio Branco têm mobilizado todos os recursos humanos e materiais para atender às vítimas desse grave desastre natural que vem ocorrendo em todo o estado. Além disso, tem contado com o apoio do governo federal e de diversas instituições, mas principalmente de inúmeros cidadãos acrianos que se têm

colocado à disposição.

O senador lembrou prejuízos causados à agricultura acriana e lamentou que parte da capital, Rio Branco, tenha tido a energia elétrica cortada por segurança. Ele mencionou uma das contas bancárias que recebem doações para os desabrigados: Banco do Brasil, agência 0071-X, conta 100.000-4.



Sergio Vale/Agência de Notícias do Acre



Waldemir Barreto/Senado Federal

Segundo Anibal Diniz, parte da capital, Rio Branco, teve a energia elétrica cortada como medida de segurança. Ele também lembrou os prejuízos à agricultura

Suplicy assinala avanços da saúde pública no país

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o tema da Campanha da Fraternidade de 2012, “Fraternidade e saúde pública”, é propício ao debate sobre os



Waldemir Barreto/Senado Federal

avanços do setor. Ele próprio participou de seminário sobre o assunto, no qual o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, agradeceu à Igreja Católica por colocar em evidência a questão da saúde pública. Os representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) presentes ao evento apontaram áreas nas quais o país precisa avançar, relatou.

— O ministro Padilha observou que a responsabilidade e os desafios de consolidar o Sistema Único de Saúde são enormes. Desafio que nenhum outro país com mais de 100 milhões de habitantes assumiu — disse.

Entre as ações do Ministério da Saúde nos últimos anos, Suplicy apontou os programas Rede Cegonha, Saúde Não Tem Preço, Farmácia Popular, Melhor em Casa, Saúde Mais Perto de Você, Brasil Sorridente, SOS Emergências e Saúde Toda Hora.

Ferraço sugere 10% das receitas da União para a saúde

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) propôs ontem que o Senado retome a discussão sobre percentual mínimo para a União investir em ações de saúde. Ele defendeu



Waldemir Barreto/Senado Federal

a proposição de sua autoria (PLS 11/12) que determina que a União invista anualmente em ações e serviços de saúde pelo menos 10% de suas receitas correntes brutas.

O senador disse que sua proposta precisa ser examinada “com toda a atenção e com toda a urgência”. De acordo com ele, ano passado, o governo destinou R\$ 79 bilhões para ações de saúde, o que corresponderia a apenas 7% do orçamento.

— Está muito aquém daquilo que o Brasil precisa — lamentou.

Medidas como racionalização de processos, melhorias na gestão, apostas na prevenção e estabelecimento de metas foram apontadas pelo senador como necessárias para o avanço da qualidade da saúde pública. Segundo ele, o gasto *per capita* anual do Brasil com saúde é de R\$ 675, enquanto a Argentina gasta o dobro.

Cícero Lucena aponta “cenário de guerra” no SUS

Ao tratar do tema da Campanha da Fraternidade de 2012, Cícero Lucena (PSDB-PB) propôs que os senadores não sejam “meros espectadores do cenário



Waldemir Barreto/Senado Federal

de guerra” em que se transformou o Sistema Único de Saúde (SUS). Quando foi prefeito de João Pessoa, o senador disse ter implantado programa de fornecimento de medicamentos de uso contínuo para a população de baixa renda, que, à época, beneficiou cerca de 20 mil pessoas. No Senado, apresentou projeto de idêntico teor, já aprovado, que se encontra em exame na Câmara desde 2007.

A Campanha da Fraternidade deste ano, ressaltou o senador, chama a atenção para a importância da gestão da saúde, do compromisso dos gestores com a aplicação efetiva dos recursos e para a falta de planejamento na aquisição de medicamentos que acabam sendo jogados fora por estarem com a validade vencida.

— É inconcebível remédios vencidos na rede pública com tantas pessoas nas filas em busca de medicamentos.

Vital do Rêgo pede reavaliação de corte de recursos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) conseguiu acrescentar, por meio de emendas parlamentares, mais de R\$ 7 bilhões para financiamento da saúde, disse Vital do Rêgo (PMDB-PB). O senador, presidente da CMO, disse que irá procurar os ministros do Planejamento, Miriam Belchior, e da Saúde, Alexandre Padilha, para evitar que o contingenciamento chegue às emendas que tratam exclusivamente da saúde pública.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vital do Rêgo disse ter feito trabalho com as bancadas estaduais para aumentar os recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele destacou que o relator do Orçamento da União, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), inseriu emendas de iniciativa popular sugeridas em audiências públicas realizadas em todo o país.

O senador ainda afirmou que proporá a criação de subcomissão, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para estudar a reforma do sistema penitenciário.



Ano Voip/Senado Federal

Anúncio em Águas Claras (DF): lei tornou processos mais céleres, mas ainda não aumentou oferta nem diminuiu valores

Em 2010, queda de 30% na inadimplência

Promulgada com a finalidade de fazer frente ao déficit de quase 8 milhões de moradias no país, a Lei 12.112/09 completou dois anos de vigência em 25 de janeiro. Alvo de polêmica e críticas, inclusive algumas alegando que era muito branda para o objetivo para o qual foi criada e outras qualificando-a como rigorosa demais para as pretensões do locatário, a lei produziu efeitos no mercado imobiliário e no Poder Judiciário.

Associações imobiliárias apontam que, em 2010, a

inadimplência dos contratos de locação sofreu redução de 30%. O principal fator para essa queda, segundo o advogado Fabio Martins Di Jorge, é a rapidez com que o locatário pode ser “compelido, mediante ordem liminar, a desocupar o imóvel de forma voluntária, no prazo de 15 dias, sob pena de despejo coercitivo”.

De acordo com Di Jorge, “já se pode sentir no Poder Judiciário que os magistrados estão confortáveis em deferir medida liminar para desocupação voluntária em 15 dias, o que

tem tornado o trâmite da ação mais rápido se comparado aos procedimentos adotados na lei anterior”.

O vice-presidente do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (Secovi-DF), Ovídio Maia, faz coro com o advogado.

— A nova lei vem sendo bem aplicada, gerando efeitos imediatos, ao contrário da anterior, que levou cinco anos para fazer alguma diferença prática. A nova lei trouxe celeridade e mais segurança para o mercado.

Mercado de imóveis não mudou, diz especialista

O advogado Ragner Lingeli Vianna, diretor do Instituto de Direito Privado, diz que a lei não ajudou a aumentar a oferta de imóveis nem a diminuir o valor dos aluguéis. Segundo ele, o mercado sofreu poucas alterações; o que mudou foram as relações de aluguel.

A intenção da lei, segundo Vianna, é aumentar a celeridade dos processos da relação locatícia, com a finalidade de dar maior segurança aos proprietários e locadores contra eventuais prejuízos financeiros. Mas, diz ele, isso não foi suficiente para aumentar o interesse no setor.

Os locadores continuam com receio de não conseguirem retomar o imóvel o quanto antes em caso de falta de pagamento. Para os inquilinos, a legislação pouco mudou a fiança. Vianna aponta que o principal problema continua: a demora nos processos judiciais.

— Os processos têm que ser mais rápidos e eficazes. Sem proteção judicial adequada e rápida, as previsões legais jamais atingirão a eficácia desejada — afirma o advogado.

Inquilino tem até 45 dias para entregar imóvel

Um dos pontos que mais chama a atenção na nova lei — que vale para imóveis comerciais ou residenciais — é o prazo que o inquilino passou a ter para deixar imóvel alugado. Antes, podia ser protelado por até três anos. Agora, em no máximo 45 dias. A ação deve ser resolvida em primeira instância na Justiça: em 15 dias, deve ser concedida ordem de despejo. O inquilino terá, então, 30 dias para sair do imóvel — antes, esse prazo era de seis meses.

O proprietário só pode pedir o imóvel de volta em situações específicas, como atraso de pagamento ou quando o inquilino infringir alguma das obrigações previstas no contrato de locação. O inquilino também corre risco de despejo caso fique sem fiador ou outras formas de garantir o pagamento.

Se o inquilino for despejado no caso do proprietário receber uma oferta maior, será indenizado por valor estipulado pela Justiça. Esse pagamento será feito pelo proprietário e pelo novo locador.

Aos dois anos, nova Lei do Inquilinato ainda divide opiniões

Pedro Pincer

Em vigor desde o início de 2010, a nova Lei do Inquilinato (Lei 12.112/09) surgiu com a promessa de simplificar as relações entre inquilino e proprietário. A criação do novo marco regulatório alimentou a expectativa de um aquecimento ainda maior no mercado de aluguéis. A nova lei reformulou

a maneira como os acordos são firmados e deu maior segurança de que os proprietários vão receber o aluguel em dia.

O *Especial Cidadania* faz um balanço dois anos após a promulgação, mostrando os principais pontos que afetaram proprietários e inquilinos, onde a lei deu certo e onde pode ser aperfeiçoada.

Principais mudanças

Que prazo o inquilino passa a ter para deixar o imóvel alugado?

Antes, o inquilino podia protelar a devolução por até três anos. Agora, são no máximo 45 dias. A ação tem de ser resolvida em primeira instância na Justiça: em 15 dias, deve ser concedida ordem de despejo. O inquilino tem, então, 30 dias para sair — antes eram seis meses. Vale para imóveis comerciais ou residenciais.

O dono pode pedir o imóvel de volta quando quiser?

Não. Só pode em situações específicas, como atraso de pagamento ou quando o inquilino infringir uma de suas obrigações. O inquilino também corre risco de despejo caso fique sem fiador ou outras garantias.

Se o proprietário receber uma oferta maior, e decidir despejar o inquilino, este deverá ser indenizado?

Só se o contrato estiver em vigor. Neste caso, a multa é estipulada pela Justiça. Os responsáveis pelo pagamento são o dono e o novo locador. Se o contrato tiver acabado, o dono não é obrigado a renová-lo. O inquilino pode, no máximo, tentar cobrir a proposta.

O inquilino pagará multa se quiser sair antes do término do contrato?

Sim, como ocorria antes. Porém, agora, o valor é proporcional ao tempo que falta para o fim do contrato.

Quais as novidades em relação ao fiador?

Em contratos sem garantia — fiador ou seguro-fiança —, o inquilino que deixar de pagar o aluguel pode ser obrigado a sair em 15 dias. Assim, muitos proprietários deverão abrir mão da exigência de fiador. A nova lei diz que o fiador pode deixar o contrato, caso haja separação do casal de inquilinos, morte do locatário ou ao fim do prazo inicial do contrato. Nesse caso, o fiador continuará responsável pela fiança durante 120 dias após a notificação do locador. O inquilino tem o mesmo prazo para apresentar novo fiador.

Quem deve pagar o IPTU?

O proprietário pode entrar em acordo com inquilino para que este arque com a despesa.

O inquilino de um imóvel comercial pode reparar o ponto para terceiro?

Não. A única pessoa autorizada a fazer transações com o imóvel é o proprietário.

O aluguel vai baixar?

Especialistas apostam que sim. As novas regras devem provocar um aumento na oferta de novos aluguéis.

Contratos assinados antes de a nova lei entrar em vigor serão alterados por ela?

Não. A nova lei rege contratos feitos a partir do dia 25 de janeiro de 2010.

Saiba mais



Lei do Inquilinato na íntegra
<http://bit.ly/lei12112>

Cartilha com as principais alterações
<http://bit.ly/CartilhaInquilinato>

Sindicato da Habitação do Distrito Federal
<http://www.secovidf.com.br/>

Instituto de Defesa do Consumidor do Procon / DF
<http://bit.ly/ProconDF>

Confira outras edições do *Especial Cidadania* em www.senado.gov.br/jornal